

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MAICON JESUS DOMINGUES LUIZ

A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA:

uma tentativa de conter o avanço da China no Oceano Índico

Rio de Janeiro

2018

CC MAICON JESUS DOMINGUES LUIZ

ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA:

uma tentativa de conter o avanço da China no Oceano Índico

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu O. C. Jungstedt

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força nos momentos difíceis, à minha família pela compreensão nos períodos de ausência e aos meus companheiros de turma que compartilharam as dificuldades da iniciação científica.

Agradeço ainda ao meu orientador, CMG (RM1) Jungstedt, pela ajuda e incentivo durante o desenvolvimento deste estudo acadêmico.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a relação entre a Estratégia Naval da Índia e a expansão da China na Região do Oceano Índico (ROI) de modo a verificar se as ações adotadas estão de acordo com a Teoria do Poder Marítimo de Mahan. Para alcançar o propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, empregando a metodologia descritiva e analítica. Além disso, a dissertação teve por base a Teoria do Poder Marítimo de Mahan, que ressalta a importância das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e das posições estratégicas para o desenvolvimento dos Estados. Após realizada a análise, foi possível identificar como resultado que, influenciada pelo contexto geopolítico e pela teoria mahaniana, a Estratégia Naval da Índia busca contrapor a maior presença da China na ROI ao desenvolver a maior capacidade de proteger suas LCM, por meio de novas alianças, agindo, principalmente, em direção ao leste em busca de posições estratégicas de interesse e investindo em uma Marinha de Guerra capaz de atuar a longa distância, comprovando, portanto, a influência mahaniana de suas ações.

Palavras-chave: Índia, China, Oceano Índico, Mahan, Poder Marítimo, Estratégia Naval, Linhas de Comunicação Marítimas, Posições Estratégicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	O ciclo marítimo	í í í .í .	47
Figura 2	O Colar de pérolas da China	í .	48
Figura 3	Pontos de estrangulamento na região do Oceano Índico	í í í .í í í .í í í .	49
Figura 4	Área Marítima de interesse da Índia	í í í í í í í í í .í í í í í í í .	50
Figura 5	Localização das Ilhas Andamão e Nicobar	í í í í í í í í í í í í .	51
Figura 6	Localização das Ilhas Seychelles	í í í í í í í í í í í í í í .í .	52
Figura 7	Exercícios institucionalizados da Marinha da Índia	í í í í í í í í .	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
EUA	Estados Unidos da América
GGT	Guerra Global ao Terror
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
LCS	<i>Litoral Combat Ships</i>
NSSP	<i>Next Steps in Strategy Partnership</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RIMPAC	<i>Rim of the Pacific</i>
ROI	Região do Oceano Índico
RPC	República Popular da China
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE MAHAN	10
2.1	Mahan e a Teoria do Poder Marítimo	10
2.1.1	O Desenvolvimento do Poder Marítimo	14
2.1.2	O Poder Marítimo como meio para prosperidade e para a afirmação do Estado.....	16
2.1.3	A posse de bases navais e posições estratégicas	16
2.2	O Poder Marítimo no século XXI	17
3	O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E A AMEAÇA DA CHINA NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO	22
3.1	A rivalidade entre a Índia e o Paquistão	22
3.2	Os interesses da China na região do Oceano Índico	24
3.2.1	A rivalidade entre a Índia e a China	25
3.2.2	A expansão da China na região do Oceano Índico	26
3.3	Os interesses estadunidenses na região do Oceano Índico	28
4	A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA E A CONTENÇÃO DA CHINA	32
4.1	As posições estratégicas e a importância das Linhas de Comunicação Marítimas para a Índia.....	33
4.2	A estratégia da Índia para conter o avanço chinês na região do Oceano Índico.....	35
4.3	A estratégia para a capacitação da Marinha indiana	38
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

Os oceanos cobrem mais de 70% da superfície terrestre e têm sido o centro do desenvolvimento da humanidade como fonte de riquezas naturais, meios de transporte e de troca de informações. Sua existência, porém, transborda esses aspectos e, por isso, é possível apontar que os oceanos têm sido também utilizados como via para projeção de poder ou de dominação. No que diz respeito, mais especificamente, à região do Oceano Índico (ROI), cabe apontar que esta envolve Estados que reúnem grande parte da população mundial, como a Índia¹, o Paquistão² e a Indonésia³. Além desse fator, o Oceano Índico possui importantes Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) por meio das quais fluem volumes expressivos de produtos e riquezas naturais.

Além disso, é necessário sublinhar que, mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias, o transporte marítimo permanece como modal prioritário para o comércio, sendo assim, de extrema importância para Estados em ascensão como a Índia e a República Popular da China (RPC). Nesse sentido, outra característica importante é a existência de pontos de estrangulamento nos acessos à ROI como o Cabo da Boa Esperança, o Estreito de Hormuz, o Estreito de Malaca, os Estreitos de Sunda e Lombok e os Estreitos de Ombai-Wetar. Assim, o controle desses pontos se mostra como estratégico, uma vez que eles podem afetar as LCM.

Cabe destacar que, nos últimos anos, os Estados costeiros da ROI observam, com preocupação, a presença cada vez maior da RPC na região. Essa preocupação se justifica em partes porque, em sua expansão, a RPC tem controlado posições que podem representar uma ameaça à liberdade para o uso do mar.

¹ População de 1 bilhão e 281 milhões de habitantes. Informações de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>. Acesso em 28 jul. 2018.

² População aproximada de 204 milhões habitantes, informações de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>. Acesso em 28 jul. 2018.

³ População aproximada de 260 milhões habitantes, informações de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>. Acesso em 28 jul. 2018.

Assim, tendo em vista esse cenário, o propósito desta dissertação é analisar a Estratégia Naval da Índia para verificar sua aderência à Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) em função da expansão da China na ROI.

Vale ressaltar que, para alcançar esse propósito, empregou-se a metodologia descritiva e analítica, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental.

No que diz respeito à relevância do tema, esta fundamenta-se na oportunidade de entender como a expansão da China pode ser uma ameaça ao desenvolvimento dos Estados costeiros da ROI; e, também, como a sobreposição de interesses na região pode afetar seu equilíbrio. Isso porque este fato é agravado pelo histórico de disputas entre China e Índia.

A pesquisa será apresentada nesta dissertação por meio de cinco capítulos, a contar com esta introdução. Assim, no segundo capítulo será apresentado o pensamento do teórico Alfred Thayer Mahan que, em sua Teoria do Poder Marítimo, destaca a importância do desenvolvimento do Poder Marítimo para a prosperidade dos Estados, enfatizando o valor das LCM e da existência de posições estratégicas de apoio na projeção de poder para conquista dos objetivos do Estado. Adicionalmente, ainda nesse capítulo, será apresentada uma visão teórica da atualidade acerca do tema de forma a contextualizar os princípios preconizados dentro do presente *zeitgeist*⁴.

Dando continuidade ao estudo, e a fim de melhor entender o contexto na ROI, no terceiro capítulo serão analisados os aspectos geopolíticos que caracterizam a região, principalmente no que diz respeito à ameaça que a maior presença da China nas posições estratégicas no Oceano Índico pode representar ao equilíbrio de poder. Em seguida, no quarto capítulo será analisada a Estratégia Naval da Índia, principalmente no que se refere à proteção das LCM e das posições estratégicas de interesse, como forma encontrar as evidências de que as ações contidas na estratégia se relacionam com a Teoria do Poder Marítimo de Mahan,

⁴Segundo o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), *zeitgeist* consiste no clima intelectual e cultural de uma determinada época histórica (GOODWIN, 2005).

contra a ameaça da presença da China na ROI. Por fim, no quinto capítulo será apresentada uma conclusão acerca do estudo de acordo com a análise feita e com as evidências e informações obtidas.

2 A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE MAHAN

O presente estudo exige algumas considerações teóricas preliminares de forma a possibilitar um melhor entendimento. Para tanto, conforme apontado na introdução, neste trabalho utiliza-se como base a Teoria do Poder Marítimo de Mahan, tendo como principal referência a sua obra *The influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*⁵. A referida teoria é, assim, apresentada neste capítulo com ênfase na importância do Poder Marítimo para o desenvolvimento dos Estados, destacando ainda, o valor das LCM e do controle de posições estratégicas para a consecução dos seus objetivos políticos e estratégicos.

Desse modo, este capítulo se encontra dividido em duas subseções. A primeira apresenta a Teoria do Poder Marítimo de Mahan. A segunda, por sua vez, mostra uma visão atualizada com ênfase na importância do Poder Marítimo no século XXI. Portanto, a seguir serão apresentados os fundamentos da Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan.

2.1 Mahan e a Teoria do Poder Marítimo

Mahan, nascido em 1840, cresceu na Academia Militar de *West Point*, na qual seu pai era professor. Mahan serviu à Marinha dos Estados Unidos da América (EUA) de 1856 a 1896 e faleceu em 1914. No decorrer de sua vida tornou-se autoridade em Poder Marítimo, por seu hábito de estudar história e por seus interesses por assuntos de comércio e negócios navais. Admirador do Reino Unido, ao longo de sua vida, estudou as conquistas que formaram o maior império mundial de todos os tempos, o Império Britânico, formado em decorrência do seu Poder Marítimo. Por ter sido o pioneiro em publicar um trabalho sobre o Poder Marítimo, teve reconhecimento e prestígio em outros continentes (TOSTA, 1984).

⁵A influência do Poder Marítimo sobre a História (tradução nossa).

Mahan ressaltou a importância do Poder Marítimo no destino de um Estado, considerando-o indispensável para seu desenvolvimento, para sua prosperidade e para sua segurança. Em sua obra, o autor também utilizou como fundamento a ideia de que para a expansão política, econômica e cultural de um Estado era necessária a acumulação de riqueza. Assim, o comércio exterior, dependente do modal marítimo, seria a fonte desta riqueza, surgindo, dessa maneira, a necessidade de uma Marinha Mercante. Esse ciclo se encerraria, por seu turno, com a existência de uma Marinha de Guerra capaz de garantir a liberdade de utilizar o mar (TOSTA, 1984).

Para Mahan, o Poder Marítimo⁶ não pode ser chamado de Poder Naval⁷ pois não compreende apenas a parte militar capaz de dominar o mar com suas armas, mas também o comércio marítimo e a navegação pacífica (TOSTA, 1984). Além disso, Mahan foi quem, pela primeira vez apresentou a estratégia naval integrada numa estratégia superior não só aplicada à condução da guerra, mas também como parte de uma estratégia em tempo de paz. Seu conceito central, o Poder Marítimo, era o principal elo de interligação (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Nesse sentido, a Teoria do Poder Marítimo de Mahan enfatiza que o desenvolvimento do Estado depende da interligação de diferentes elementos como riquezas, comércio marítimo e segurança, sendo o Poder Marítimo o seu agente central e a mola propulsora dessa integração.

Segundo Mahan, a primeira forma pela qual o mar se apresentou, sobre o ponto de vista social e político, foi como uma grande estrada de uso em todas as direções, com suas

⁶Pela definição da Doutrina Militar Naval (DMN) do Brasil, corresponde a parcela do Poder Nacional resultante da integração dos recursos nacionais disponíveis para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como instrumento de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2017, p.12).

⁷Pela definição da DMN do Brasil, corresponde a um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em áreas terrestres de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente visando a contribuir para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais de defesa (BRASIL, 2017, p.15).

LCM. Isso porque a necessidade de troca de mercadorias entre os Estados exigia a movimentação de navios e esse tráfego deveria ser protegido em tempos de paz e de guerra. Por sua vez, a existência da produção, com a necessidade de navios para exportação e de colônias com facilidades para ampliar as operações dos navios, foi decisiva na história como instrumento de poder, associado à existência de uma Marinha forte capaz de efetuar a proteção (MAHAN, 1987⁸).

Mahan ainda ressaltava que, para quem possuísse potencial militar, um dos requisitos necessários à consecução da vitória era o domínio dos mares. Isso porque, seria mantida a continuidade do comércio marítimo e da troca de produtos manufaturados por matérias-primas. Desse modo, emergiria um cenário no qual seria estabelecida uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra. Ademais, o cumprimento desse requisito também se mostrava importante uma vez que a eficiência da Armada dependeria de suas bases e dos portos distantes e a chave do poder mundial estaria no controle das rotas marítimas de comércio (TOSTA, 1984).

A partir dessa perspectiva, e ao elaborar sua estratégia, Mahan buscou chamar a atenção dos EUA para a necessidade de um maior desenvolvimento de seu potencial marítimo. Para tanto, afirmou que a ausência de colônias era fator limitante para seus navios de combate em caso de guerra, e que o Estado deveria buscar bases para o reparo e para o reabastecimento de seus meios. Aponta-se também que, nesse sentido, suas ideias influenciaram a política exterior dos EUA e contribuíram para a conquista dos arquipélagos do Havaí e das Filipinas e para o controle do Canal do Panamá (TOSTA, 1984).

Dessa forma, é possível observar uma influência da Teoria do Poder Marítimo na política externa dos EUA, demonstrando o prestígio de Mahan e a substância de suas ideias, principalmente no que diz respeito à proteção das LCM e ao estabelecimento de posições

⁸Ano de republicação, pela editora Dover, da quinta edição do trabalho original de Mahan, *A Influência do Poder Marítimo sobre a História*, publicado em 1890 (MAHAN, 1987).

estratégicas para a apoio de seu Poder Naval. Nesse sentido também se evidenciou o uso da Marinha como um instrumento para atingir objetivos estratégicos e políticos do Estado, sendo necessário, para isso, o desenvolvimento de todas as vertentes que compõem o seu Poder Marítimo.

Cabe sublinhar que esse desenvolvimento consiste no principal pressuposto teórico de interesse do estudo em andamento, uma vez que a Índia, objeto de atenção desta dissertação, é um Estado em ascensão que, por isso, necessita da proteção de suas LCM. Isso porque a existência de pontos de estrangulamento nos acessos ao Oceano Índico aumenta a área de interesse e, por consequência, influencia o Poder Marítimo do Estado indiano.

A partir da análise do pressuposto teórico do uso do Poder Marítimo como instrumento político, depreende-se que o acesso ao mar e o controle das rotas comerciais são aspectos centrais do pensamento estratégico de Mahan. Para tanto, considera-se o contexto no qual as forças navais se constituem como o instrumento primordial e agem como instrumentos políticos, com base em quatro linhas de ação fundamentais: o desenvolvimento do Poder Marítimo; a aplicação do Poder Marítimo para possibilitar o aumento da prosperidade e a afirmação do Estado; a apresentação da concentração de forças como o princípio prioritário da estratégia naval; e o reconhecimento da necessidade de obtenção de bases navais capazes de prolongar o tempo de operação da esquadra (RIBEIRO, 2010).

Observa-se, assim, que o pensamento estratégico de Mahan é mais amplo do que o objetivo deste trabalho. Dessa forma, para melhor relacionar a teoria com o contexto da ROI, este estudo dará ênfase ao desenvolvimento do Poder Marítimo, à obtenção de bases navais ou posições estratégicas de apoio e ao conceito de que o emprego do Poder Marítimo tem como objetivos o aumento da prosperidade e a afirmação internacional do Estado. Portanto, essas linhas de ação para emprego do Poder Marítimo serão apresentadas separadamente a seguir.

2.1.1 O desenvolvimento do Poder Marítimo

Segundo Mahan (1987), os principais fatores que afetam o desenvolvimento do Poder Marítimo dos Estados são a posição geográfica, a configuração física, a extensão do território, o tamanho da população, o caráter nacional e o caráter do governo.

Quanto à posição geográfica, deve ser considerado que um Estado situado em uma posição que não necessita de defesa de possíveis agressões vindas por terra poderia concentrar seus esforços na Marinha de Guerra. Como exemplo, pode-se citar a posição insular do Reino Unido. Outro aspecto importante é o de que a posição geográfica pode favorecer ou prejudicar a concentração de forças. Esse é o caso da França, na qual as regiões litorâneas são separadas por massas de terra. Por outro lado, uma posição central do território pode facilitar o acesso a possíveis inimigos de maneira a reduzir o tempo de reação ou proporcionar vantagem estratégica, o que também era o caso Reino Unido (MAHAN, 1987).

A configuração física de um Estado pode ajudar ou prejudicar no desenvolvimento de seu Poder Marítimo. Um litoral com baías e regiões abrigadas é favorável ao estabelecimento de portos e ancoradouros possibilitando o melhor desenvolvimento da mentalidade marítima e melhor acesso ao mar. Em contrapartida, costas de difícil acesso não são favoráveis ao desenvolvimento do comércio e das Marinhas Mercante e de Guerra (MAHAN, 1987).

Referindo-se à extensão territorial e à sua influência no desenvolvimento do poder marítimo, Mahan afirmou que não é a área total do Estado que deve ser considerada, e sim a extensão de sua região costeira. Se condições geográficas e físicas são as mesmas, a extensão da costa pode ser sinal de força ou fraqueza de acordo com o tamanho da população. O Estado seria como uma fortaleza, a guarnição, por sua vez, deveria ser proporcional ao seu tamanho (MAHAN, 1987).

No que diz respeito ao tamanho da população, Mahan destacou que suas características afetam o desenvolvimento do Poder Marítimo. Além da relação com a extensão do território já mencionada, o que importa é o número de pessoas com vocação ou com possibilidades de emprego para o uso do mar, seja a bordo dos Navios de Guerra ou Mercantes, ou em apoio às atividades relacionadas ao meio marítimo. Além disso, o caráter nacional e a aptidão para objetivos comerciais devem ser características capazes de distinguir os Estados. Os homens são atraídos pelo dinheiro, mas o meio por qual eles buscam atingir esse objetivo, também pode influenciar o desenvolvimento do Poder Marítimo (MAHAN, 1987).

Já o caráter do próprio Governo ou dos líderes nacionais consiste na inteligência e nos rumos pretendidos pelas decisões governamentais. Desse modo, as medidas e as atitudes podem estimular ou prejudicar o desenvolvimento do Poder Marítimo, uma vez que as políticas estabelecidas pelo Governo influenciam diretamente os rumos a serem adotados pelo Estado (TOSTA, 1984).

Diante do que foi exposto, depreende-se que, de acordo com a teoria mahanianã, a posição geográfica, a conformidade e a extensão territorial da costa são fatores que possuem influência no desenvolvimento do Poder Marítimo de um Estado. Esses fatores, de caráter mais físico, podem ser mitigados ou explorados. Já o caráter nacional, o tamanho da população e o caráter do governo estão mais relacionados com as características que podem ser moldadas por meio do desenvolvimento da mentalidade marítima ou de investimentos. Dessa maneira, a melhor capacidade de utilização do mar pode ser atingida com o desenvolvimento do Poder Marítimo, que, por sua vez, depende diretamente dos fatores analisados nesta subseção.

2.1.2 O Poder Marítimo como meio para a prosperidade e para a afirmação do Estado

No que diz respeito ao emprego do Poder Marítimo para a prosperidade e a afirmação do Estado, Mahan refere-se que, no nível estratégico, o efeito último do emprego do poder marítimo é o aumento da prosperidade e a afirmação internacional do Estado. Nesse contexto, com base em análises do comportamento estratégico do Reino Unido entre os séculos XVII e XVIII, Mahan afirmou que um grande poder marítimo implicaria uma grande força naval, cujo propósito era proteger a capacidade do Estado usar o mar, pela obtenção do controle do mar. Isso significaria a neutralização das forças navais que poderiam interferir ou ameaçar o seu comércio marítimo, afetando sua prosperidade e sua capacidade de afirmação internacional. O controle do comércio marítimo seria fator crítico e determinante para a vitória num conflito entre grandes potências (RIBEIRO, 2010).

Assim, de acordo com a teoria de Mahan, a prosperidade de um Estado dependeria da interligação entre sua capacidade de produzir e de comercializar e a utilização do modal marítimo para o escoamento dessa produção. Portanto, a utilização das LCM ganha importância não só em tempo de guerra, e, dessa forma a existência de Força Naval capaz de garantir o uso do mar se torna fundamental para que a prosperidade seja possível.

2.1.3 A posse de bases navais e posições estratégicas

A utilização de pontos estratégicos ou bases avançadas proporciona uma maior capacidade de proteção das LCM de um Estado. Além disso, de acordo com a teoria mahanianã, a relevância de uma posição estratégica reside em sua proximidade das principais LCM de forma a possibilitar o apoio às forças navais, fundamentais para obtenção do controle do mar. Ainda nesse sentido, Mahan ressaltou a importância de Cuba e

considerava fundamental seu controle pelos EUA, em virtude de sua posição central no Caribe e Golfo do México. Além disso, esse controle evitaria que alguma potência europeia se aventurasse em exercer alguma ação na região, uma vez que suas linhas de comunicação estariam expostas à intervenção estadunidense (ALMEIDA, 2015).

De acordo com o que foi até então apresentado, compreende-se que o desenvolvimento do Poder Marítimo deve ser perseguido pelos Estados como forma de possibilitar seu crescimento e integridade. Isso porque a relação entre produção, comércio e transporte marítimo depende da integridade das LCM e, por consequência, da existência de posições estratégicas para apoio da Forças Navais, criando uma nova esfera de influência para o Estado e; contribuindo, assim, para sua ascensão. Assim, quanto maior for desenvolvimento do Poder Marítimo de um Estado, maior será sua capacidade de utilizar o mar para a sua prosperidade, contribuindo diretamente para sua afirmação internacional.

Após feita essa breve apresentação das principais ideias e dos conceitos mahanianos, cabe destacar que, em seguida será feita uma análise mais atual dos pontos principais abordados até o momento. Tal apresentação será feita, a fim de ampliar a capacidade de esclarecimento dos fatos que serão abordados nos capítulos seguintes.

2.2 O Poder Marítimo no século XXI

Mesmo considerando que a base histórica do pensamento teórico de Mahan permite uma visão perspectiva de grande abrangência e solidez, a análise de uma visão atual do tema Poder Marítimo também é capaz de contribuir para o presente estudo. Nesse sentido, o historiador naval Geoffrey Till (1945-) é reconhecido como uma referência sobre o assunto.

A partir de sua obra *Seapower, A Guide for the Twenty-First Century* (2014), serão feitas, nesta seção, análises de forma a melhor compreender a importância do Poder Marítimo no século XXI.

Para tanto, destaca-se, em primeiro lugar que as potências marítimas dependem de uma rede integrada de transporte pelo mar para importação de matérias-primas e para a exportação de produtos. Importante notar que esse sistema possui vulnerabilidades e deve ser protegido, o que exige atenção governamental. Além disso, outro agravante é a volatilidade do mercado que torna muito difícil o planejamento marítimo a longo prazo (TILL, 2013).

Compreende-se também que embora as comunicações por terra tenham importância histórica, essas permanecem mais dispendiosas do que as alternativas baseadas no mar. Além disso, o modal terrestre traz suas próprias vulnerabilidades políticas e físicas, além de ser ambientalmente mais destrutivo. Assim, a narrativa da preferência pelo meio marítimo parece se manter verdadeira (TILL, 2013).

Essa preferência, por sua vez, pode ser justificada pelas características do próprio mar e pela natureza do comportamento humano. A humanidade se dirigiu ao mar pelos seus quatro atributos como: fonte de recursos, meio de transporte, meio de informação e meio de dominação. Assim, a obtenção do sucesso marítimo seria decorrente do máximo aproveitamento desses quatro atributos do mar (TILL, 2013).

Atualmente, a questão do mar como meio de dominação reside na capacidade de controlar o mar para permitir que o Estado faça o que precisa fazer nele ou dele. Em outras palavras, para proteger suas LCM ou seu território de ataques e ameaças. Ademais, atualmente, não há mais a necessidade da formação de um império, podendo ser utilizados aspectos cooperativos (TILL, 2013).

O sucesso em aproveitar ao máximo os atributos do mar depende da interligação de quatro características chaves que são: a íntima relação entre o Poder Naval e a

prosperidade econômica; a associação com valores de comércio, expressão da vocação da população para as atividades comerciais; a moderação na exploração das riquezas e recursos; e a capacidade de controle das atividades voltadas para o mar (TILL, 2013).

Observa-se assim que, na atualidade, o mar permanece essencial para o desenvolvimento da humanidade, sendo especialmente importante a proteção das LCM. O melhor uso dos atributos do mar leva ao sucesso marítimo e a prosperidade, dependendo de um Poder Naval eficiente, da vocação da população para o comércio, da moderação na exploração e do controle das atividades.

De acordo com Till (2013), o Poder Marítimo pode ser visto como um sistema rígido no qual o Poder Naval protege os ativos marítimos que são meios essenciais para a prosperidade e a eficácia militar. Existe, também, uma relação entre a Marinha e o comércio marítimo, na qual a segurança fornecida pelo Poder Naval é correspondida pela geração de riquezas para o seu desenvolvimento (FIG.1, ANEXO A). Por outro lado, o armamento naval depende da capacidade tecnológica e industrial do Estado.

Ressalta-se também que o conceito de Poder Marítimo não é de fácil definição. Isso porque esse conceito inclui, além dos aspectos militares, a contribuição que outros serviços podem dar aos eventos no mar. Em outras palavras, essa forma de poder deriva dos atributos do próprio mar (TILL, 2013).

Considerando o Poder Marítimo no mundo globalizado, Till (2013) afirma que a globalização depende absolutamente do livre fluxo do transporte marítimo, estando assim esse fenômeno sujeito à ruptura. O historiador acrescenta que Mahan já havia alertado que a rapidez das comunicações havia fortalecido o laço de interesses entre os Estados e criado um sistema de excessiva sensibilidade. Assim, essa interdependência naturalmente produz alvos sujeitos aos ataques de possíveis inimigos.

No mundo globalizado, portanto, atribui-se grande importância às LCM, uma vez

que ele é caracterizado pela maior interdependência entre os Estados. A existência de novas ameaças no ambiente marítimo também acompanha a globalização, sendo mais um fator a ser considerado para a garantia da liberdade do uso do mar. A influência da Teoria do Poder Marítimo de Mahan se mostra, então, presente o que será apresentado a seguir.

As ideias de Mahan certamente influenciaram a atmosfera de suposições em que os formuladores da política tomavam suas decisões não só nos EUA, como também em outros Estados. Não é de se estranhar que Reino Unido e EUA entrassem na Guerra Fria⁹ (1947-1989) com um pensamento muito mahaniano, mesmo na era nuclear (TILL, 2013).

Ressalta-se também que a estratégia marítima dos EUA, publicada em 1986, dava ênfase à ofensiva como forma de aproveitar a iniciativa para controlar a Marinha da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nas águas do norte da Europa, fornecendo condições para a defesa mais eficaz das LCM dos Estados componentes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ao considerar que suas forças navais seriam capazes de proteger seus interesses em todo mundo, os EUA estavam seguindo mais um pressuposto de Mahan, com o seu emprego em aspectos mais amplos do Poder Marítimo. Nesse caminho, apesar da clara preocupação com as águas azuis¹⁰, a tradição mahaniana, compreendida em sua totalidade, retém uma boa dose de relevância contemporânea no século XXI (TILL, 2013).

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que a força do pensamento estratégico de Alfred Thayer Mahan tem influenciado as políticas dos Estados desde a publicação de sua principal obra *A influência do poder marítimo sobre a história* até a atualidade. Os pressupostos teóricos, principalmente no que diz respeito à importância das LCM e das posições estratégicas, estão ainda presentes no pensamento estratégico do século XXI,

⁹Rivalidade existente entre os EUA e a ex-URSS, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), caracterizada por décadas de tensão e disputa global entre as superpotências, ainda que sem conflito militar direto (MINGST, 2014).

¹⁰Expressão coloquial que se relaciona às áreas de operações de forças navais em locais de águas profundas ou mares abertos, também conhecida como águas internacionais (REINO UNIDO, 2004).

conforme demonstrado neste capítulo.

Releva reforçar que, com a Teoria do Poder Marítimo de Mahan, é possível entender a importância das LCM para a prosperidade dos Estados. Como parte de um sistema interligado (FIG.1, ANEXO A), de acordo com Mahan, o transporte marítimo é o meio de obtenção de riquezas, através do comércio, e deve ser protegido, o que justifica o emprego do Poder Naval em tempo de paz. Ainda nesse sentido, Mahan destaca que a capacidade de proteção das LCM poderá ser ampliada com o estabelecimento de posições estratégicas.

Voltando ao propósito desta pesquisa, os pressupostos contidos na Teoria de Mahan, apresentados neste capítulo, podem ter aplicação no ambiente marítimo do Oceano Índico. Nesse sentido, pode-se destacar a importância das LCM para a continuidade do desenvolvimento da Índia. Assim, de modo a dar continuidade ao estudo, será analisado, no próximo capítulo, o contexto geopolítico da ROI, que traz grandes desafios para o Estado indiano.

3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO E A AMEAÇA DA CHINA NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO

Como forma de melhor relacionar a Estratégia Naval da Índia com a maior presença da China na região do Oceano Índico, é preciso entender adequadamente o contexto geopolítico e a sobreposição de interesses existentes na região. Isso porque, tem-se em mente que, as mudanças das circunstâncias geopolíticas, econômicas e sociais que impactaram no ambiente marítimo da Índia provocaram a atualização de sua Estratégia Naval¹¹ (ÍNDIA, 2015).

À medida que os EUA e a China se apresentam hoje como grandes potências rivais, a direção para a qual a Índia pender pode determinar o curso da geopolítica na Eurásia no século XXI. Destaca-se que, em sua época, Mahan já havia tecido comentários acerca da Índia, ao ressaltar que esse Estado, situado ao centro do litoral do Oceano Índico, seria crucial para penetração do Oriente Médio e da China em direção ao mar. Esse cenário vislumbrado e suas características são acompanhados da noção de uma instabilidade geopolítica, principalmente nas relações com Paquistão e com China (KAPLAN, 2013).

Assim, diante do exposto, em seguida serão abordados os principais interesses e rivalidades existentes na região para que se possa melhor entender os objetivos da Índia em sua Estratégia Naval.

3.1 A rivalidade entre a Índia e o Paquistão

Durante muitos anos o subcontinente indiano foi privado de unidade política e

¹¹Para padronizar a nomenclatura, neste estudo os termos Estratégia Marítima Militar e Estratégia Marítima de Segurança da Índia estão sendo referidos como Estratégia Naval da Índia.

também esteve sujeito a invasões, uma vez que suas fronteiras naturais são vulneráveis. A colonização britânica conseguiu unificar o subcontinente com sua burocracia e por meio de linhas ferroviárias, mas o fim da colonização contribuiu para dividi-lo novamente. Do ponto de vista histórico e geopolítico da Índia, o Paquistão é mais do que um adversário com armas nucleares logo depois da fronteira. Em outras palavras, esse Estado representa, também, o resultado de todas as invasões muçulmanas sofridas ao longo da sua história (KAPLAN, 2013).

Conforme apresentado por Stoessinger (1978), o movimento nacionalista indiano surgiu inicialmente sem violência e com vistas a empreender um caminho democrático. Porém, Mahatma Gandhi (1869-1948) não conseguiu tornar o movimento coeso. Desse modo, os muçulmanos desenvolveram sua própria organização nacionalista e insistiram na criação de um Estado separado. Assim, Índia e Paquistão emergiram então com o fim da colonização. Além disso, a existência da divisão e a crescente disputa econômica e por territórios desencadearam a invasão muçulmana da Caxemira em 1947 e a reação militar da Índia. O conflito surgiu novamente em 1965, quando houve um novo ataque do Paquistão. O problema da Caxemira não foi resolvido até hoje e as partes apenas estabeleceram suas respectivas posições. Ainda no mesmo sentido, em 1971, por ocasião da independência de Bangladesh, a Índia, sobrecarregada com os gastos com refugiados, invadiu o Paquistão como forma de encerrar a guerra civil entre muçulmanos.

Cabe ressaltar que, em 1972, foi estabelecida uma linha de controle dividindo a Caxemira em duas: a leste e ao sul, administrada pela Índia, e ao norte e a oeste administrada pelo Paquistão. Porém, desde 1989, um violento e crescente movimento separatista tem lutado contra o governo indiano no território da Caxemira. O fato de ambos os Estados terem desenvolvido armas nucleares só aumentou o nível das tensões. Como exemplo, em 2007, um atentado a bomba em um trem deflagrou a explosão de uma onda de violência que fez com

que as ameaças de atentados terroristas persistam até os dias atuais (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Assim, compreende-se que a diferença de religiões ainda é uma grande barreira a ser vencida entre Índia e Paquistão, uma vez que, caracteriza a maior rivalidade observada no subcontinente indiano. Releva mencionar que tal rivalidade impacta na melhor preparação da Marinha da Índia para reagir contra as ameaças não convencionais.

3.2 Os interesses da China na região do Oceano Índico

A principal preocupação chinesa para com o Oceano Índico diz respeito à segurança energética, uma vez que, a dependência de recursos marinhos e de fontes de energia, em especial petróleo e gás, orienta a política estratégica da China. Outro aspecto fundamental para seu desenvolvimento é a necessidade de proteção das suas LCM, sendo o Oceano Índico e o Estreito de Malaca foco dessa atenção. Sua maior força, a economia, se tornou também sua maior vulnerabilidade, o que levou a China a buscar a garantia de um fluxo contínuo de fontes de energia, na África e no Oriente Médio (KUMAR, 2009).

Na busca para proteger suas LCM, a China tem aumentado sua presença no Oceano Índico e também tem dado atenção às posições estratégicas na região, principalmente o Estreito de Málaca, que é um dos pontos de estrangulamento para o acesso ao Oceano Índico (FIG.3, ANEXO C). A rivalidade histórica com a Índia se mostra como mais um desafio, uma vez que existe uma sobreposição de interesses entre os Estados na região. Dessa maneira, em seguida serão abordadas as origens da rivalidade indochinesa e também serão aprofundados os caminhos da expansão chinesa na ROI.

3.2.1 A rivalidade entre a Índia e a China

A rivalidade indochinesa é menos emocional e volátil do que aquela com o Paquistão. Houve um conflito em 1962 em torno de uma disputa de fronteira no Himalaia, nas regiões de Aksai Chin e de Arunachal Pradesh, influenciado pela aproximação da Índia com o Tibete. A Índia foi derrotada, mas determinadas áreas da fronteira indochinesa ainda estão sob disputa (KAPLAN, 2013).

Outro fator a ser considerado é a ascensão das Marinhas dos dois Estados. As aspirações navais dos chineses os levam em direção ao Oceano Índico. Por isso, a China vem ajudando a construir ou a modernizar portos em Estados próximos a Índia como Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh, incluindo o fornecimento de auxílio militar e econômico. Além disso, a China vem se consolidando como uma marinha de águas azuis capaz de proteger suas LCM (KAPLAN, 2013).

Paralelamente, a Índia tem aspirações de uma presença por todo o Oceano Índico, motivada pela ameaça da expansão chinesa. Utilizando seu desenvolvimento tecnológico e econômico, esse Estado foi capaz de realizar aquisições de meios navais além de desenvolver sua indústria naval. Nesse sentido, a China busca a proteção de suas LCM e a Índia se sente cercada. A sobreposição dos interesses navais dos Estados, pode também agravar as disputas territoriais no Himalaia iniciadas em 1962 (KAPLAN, 2013).

China e Índia adotaram um sistema flexível para lidar com outros Estados, particularmente quanto ao comércio de armas e às transferências tecnológicas, o que permite obter a máxima vantagem de seus diferentes parceiros. Atualmente, o que se evidencia é um reforço das relações Índia-EUA e uma parceria China-Paquistão.

Além disso, a morte de Osama bin Laden (1957-2011)¹² em 2011 piorou a relação dos EUA com o Paquistão. Desse modo, esse último Estado aumentou suas relações com Pequim. Soma-se a esse cenário o fato de que, mesmo tendo sido pior no passado, as relações atuais entre China e Índia necessitam de medidas para construção de confiança. Uma repetição de um conflito como a guerra do Himalaia de 1962 é improvável no contexto atual das economias chinesas e indianas. No entanto, a cooperação significativa é igualmente improvável enquanto o equilíbrio dominante de poder persistir (SILVA-TEIXEIRA JR, 2016).

De acordo com o exposto, a rivalidade histórica entre China e Índia teve como ponto principal o conflito de 1962 envolvendo disputa territorial na região do Himalaia. Tal questão ainda não foi resolvida e nos últimos anos o mundo tem observado que a oposição entre os dois Estados atingiu novas dimensões com o desenvolvimento de suas economias e suas relações com outros atores na ROI. Em especial, vale ressaltar a sobreposição de interesses nos espaços marítimos do Índico, onde a China se faz presente para proteger suas LCM, representando uma ameaça à Índia e impactando na sua Estratégia Naval. Essa maior presença da China na ROI será aprofundada a seguir.

3.2.2 A expansão da China na região do Oceano Índico

O conhecimento público da Estratégia Militar da China, divulgada em 2015, confirmou a intenção chinesa de aumentar sua capacidade de proteção de suas LCM, que já estava sendo praticada desde início do século XXI, como forma de garantir a prosperidade do Estado.

Com o crescimento de seus interesses, a segurança se tornou mais vulnerável a

¹²Fundador da organização terrorista Al-Qaeda e mentor de ataques terroristas contra as potências ocidentais. Disponível em: <<https://britannica.com/biography/Osama-bin-Laden>>. Acesso em 28 jul.2018.

turbulências internacionais e regionais, ao terrorismo, à pirataria, a desastres naturais e a epidemias. A proteção de interesses no mar, como suas LCM, fontes de riquezas e energia, além de ativos no exterior, também constitui uma grande preocupação. Por isso, dentre os objetivos estratégicos contidos na Estratégia Militar da China de 2015, foram relacionados a proteção efetiva da soberania e segurança do território, a proteção dos interesses no mar exterior e a participação do Estado na cooperação internacional (CHINA, 2015).

Para atingir os objetivos estratégicos e atender os requisitos de proteção da região *Off-Shore*¹³ e de mares mais distantes, a Marinha chinesa deveria reorientar seus rumos para ter a capacidade atingir os objetivos, com uma estrutura capaz de apoiar uma Força Naval, multifuncional a ser empregada na dissuasão, responder a ataques, operar no mar e operar conjuntamente. Deveria também ser capaz de proteger os interesses do Estado no mar de maneira proporcional, garantindo os direitos e a soberania (CHINA, 2015).

O planejamento da China previa a construção de navios aeródromos e de escoltas para o cumprimento das missões de proteção das rotas marítimas a oeste do Estreito de Málaca. Além dessas, a partir de 2008 a China passou realizar patrulhas e escoltas contra a pirataria no Golfo de Áden, sendo esse o primeiro posicionamento estratégico naval além de sua costa (KUMAR, 2009).

Assim, a China caminha para ter uma Marinha de águas azuis capaz de operar a longo alcance para atender os seus objetivos estratégicos, sobretudo na proteção das suas LCM, fontes de riquezas e energia. A estrutura em formação considera a necessidade de posições estratégicas para o apoio das Forças Navais. Tal postura, contida na Estratégia Militar da China, tem aderência no contido no pensamento estratégico de Mahan.

Como o desenvolvimento de uma Marinha de águas azuis levaria um prazo elevado, a China iniciou uma estratégia paralela com o estabelecimento de bases de segurança

¹³Expressão de origem no idioma inglês para indicar o que acontece ou se situa no mar próximo à costa.
Disponível em: <<https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/offshore>>. Acesso em 28 jul. 2018.

ao longo de suas rotas marítimas do Mar da China meridional até o Oceano Índico (FIG. 2, ANEXO B), sendo seu conjunto chamado de "Colar de Pérolas". Dessa forma, as "pérolas" mais importantes seriam: as Ilhas Hainã, com instalações militares; as Ilhas Woody, na costa do Vietnã; o Porto de Chittagong, em Bangladesh; o Porto de Sittwe, em Mianmar; e o Porto de Gwadar no Paquistão. A construção do Porto de Hambantota, no Sri Lanka, pela China, proporciona uma importante posição próximo ao tráfego marítimo no Oceano Índico Central. Assim, a formação desse "Colar" tem essência na construção de portos e pistas de pouso, nas relações diplomáticas e na modernização da Força Naval, proporcionando a segurança das LCM de matérias primas e energia, suportando a política energética do Estado chinês (KUMAR, 2009).

Cabe ressaltar que a maior presença da China no Oceano Índico é percebida desde a última década, e acompanha o desenvolvimento econômico e a necessidade de LCM para suportar a política energética chinesa. O "Colar de Pérolas" foi uma alternativa para manter a proteção das principais LCM, uma vez que a construção de uma Marinha de "águas azuis", demanda um prazo muito longo. Sendo assim, a sobreposição de interesses entre China e Índia é uma característica da ROI, e o avanço da China, que também utiliza princípios "mahanianos" para proteger suas LCM e os interesses do Estado, é considerado uma ameaça à prosperidade e à integridade da Índia.

3.3 Os interesses estadunidenses na região do Oceano Índico

Os EUA têm relevante papel na geopolítica da ROI, possuindo interesses em fontes de recursos e na liberdade do tráfego marítimo. Além disso, historicamente, têm especial interesse no equilíbrio de forças na região como forma de evitar a supremacia regional de um Estado potencialmente hostil.

Durante a Guerra Fria (1947-1989), a política de contenção dos EUA buscava impedir que a ex-URSS estendesse seu poder para além da Europa Oriental. A contenção seria obtida mediante o equilíbrio de poder entre os EUA e a ex-URSS. Durante a década de 1970, os EUA apoiaram potências mais fracas como China e Paquistão em suas pretensões de, respectivamente, fazer frente a ex-URSS e contrabalancear o crescente poder da Índia, que na época era aliada dos soviéticos (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

A reconhecida importância estratégica do petróleo do Golfo Pérsico e a consciência da dependência que a economia mundial tem do tráfego marítimo, aumentaram os interesses dos EUA na ROI, na qual mantém bases militares como a de Diego Garcia, que é uma importante posição de apoio para a sua Marinha. Além dessa base, os EUA possuem posições em Estados aliados como o Kuwait, o Qatar, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, Singapura, a Tailândia e a Austrália (KUMAR, 2009).

Ressalta-se também que, com o fim da bipolaridade característica da Guerra Fria, os EUA despontaram como o maior poder militar e econômico, mas ao longo tempo, sua hegemonia começou a ser ameaçada por outros Estados. Em termos relativos, o domínio dos EUA encontrava-se em declínio até 2014, sendo percebido o crescimento econômico do Japão, da Índia e, principalmente, da China. Embora esse crescimento de outras potências seja notável, é preciso destacar que os gastos militares dos EUA ainda permanecem superiores (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Por outro lado, a guerra dos EUA contra o terrorismo, a partir de 2001, contribuiu para uma aproximação entre os EUA e a Índia, caracterizada pela redefinição do *Next Steps in Strategy Partnership* (NSSP)¹⁴, o que proporcionou a cooperação em áreas como defesa, emprego civil da tecnologia nuclear e espacial (PECEQUILO, 2012).

Além disso, Índia e EUA realizam atualmente o exercício institucionalizado

¹⁴Iniciativa, anunciada em 2004, para formalizar a parceria estratégica entre Índia e EUA no que diz respeito a atividades civis nucleares, espaciais e defesa (PECEQUILO, 2012, p. 154).

oMalabar¹⁵ e também, ocasionalmente, a Marinha indiana participa do exercício *Rim of the Pacific Exe* (RIMPAC¹⁶) (ÍNDIA, 2015).

Dessa maneira, com a intenção inicial de conter o avanço da ex-URSS no continente asiático, os EUA se aproximaram da China e do Paquistão durante a Guerra Fria. Em uma conjuntura diferente, caracterizada pelo fim da Guerra Fria, pelo crescimento econômico da China, visto agora como uma ameaça; e pelo início da Guerra Global ao Terrorismo (GGT) a partir de 2001, os EUA mudaram de postura e iniciaram uma maior aproximação com a Índia, principalmente na área nuclear.

Cabe destacar que o documento *A cooperative strategy for 21ST century seapower*¹⁷ de 2015 indica a mudança da estratégia dos EUA para a região *Indo-Asia-Pacific*¹⁸, haja vista o aumento do número de navios, aeronaves e fuzileiros navais dos Estados Unidos da América sediados na região. O documento também estabeleceu a permanência de um grupamento nucleado em navio aeródromo com aeronaves de ataque e um grupo de assalto anfíbio no Japão, previu o aumento do número de submarinos de ataque e o aumento do número de *Littoral Combat Ships* (LCS)¹⁹ pré-posicionados em Singapura. Além disso, demonstra-se nesse documento, que os Fuzileiros Navais seriam mantidos como Força expedicionária baseada na Austrália (EUA, 2015).

Assim, a intenção era que até 2020, 60% dos meios na Marinha norte-americana estivessem empregados na região *Indo-Asia-Pacific*, como forma de garantir a vantagem no teatro de operações, de aumentar a interoperabilidade e a complexidade dos exercícios com os Estados e de aumentar a cooperação para segurança marítima, principalmente com os

¹⁵Exercício entre as Marinhas dos EUA e Índia, desde o ano de 1992 (ÍNDIA, 2015).

¹⁶Exercício militar conduzido pelo Comando da Esquadra do Pacífico dos EUA, com participação de Marinhas de outros Estados. Disponível em <www.cpf.navy.mil/rimpac/2014/>. Acessado em 28 Jul. 2018.

¹⁷Documento que estabelece a cooperação entre a Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira dos EUA para a defesa dos interesses do Estado no mar. Equivalente a Estratégia Naval (EUA, 2015).

¹⁸Denominação utilizada pelos EUA, em sua Estratégia de Cooperação para Poder Marítimo do século XXI (tradução nossa), adotada para indicar a área de interesse dos EUA, que compreende o continente asiático e o Oceano Pacífico, dando especial destaque ao subcontinente indiano (EUA, 2015).

¹⁹Navios projetados para o combate a ameaças assimétricas como minas, e lanchas rápidas. Disponível em <www.public.navy.mil/sufor/pages/littoralCombatship.aspx#.W2tJ9aRv-Ed>. Acessado em 28 Jul. 2018.

membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN²⁰) (EUA, 2015).

Assim, é possível entender, ao longo do tempo, a preocupação dos EUA com o Oceano Índico. Desde os tempos da Guerra Fria, com a então Geoestratégia da Contenção²¹, passando pela busca de novos aliados na guerra contra o terrorismo e chegando, hoje, na contenção à ameaça do poder econômico e militar da República Popular da China. Dessa maneira, sua maior aproximação com a Índia e a estratégia de estabelecer um maior efetivo militar para a área do *Indo-Asia-Pacific* demonstram essa preocupação.

Diante do que foi apresentado, é possível compreender melhor como as circunstâncias geopolíticas, econômicas e sociais na área de interesse da Índia impactaram no ambiente marítimo e provocaram a atualização de sua Estratégia Naval. Embora historicamente, seu maior inimigo fosse o Paquistão, a Índia considerou que a sobreposição de seus interesses com os da China na região do Oceano Índico tem se mostrado como a principal ameaça ao equilíbrio necessário para a continuidade do seu desenvolvimento econômico.

Por isso, a expansão da China no Oceano Índico se configura como a maior ameaça aos interesses da Índia, uma vez que, para proteger suas LCM e manter o fluxo contínuo que alimenta sua política energética, a RPC tem obtido posições estratégicas que poderão ser capazes de interromper o tráfego marítimo de interesse da Índia. Por se sentir cercada pela presença da China, a Índia tem buscado conter esse avanço, voltando sua atenção, principalmente, para o leste, em busca de posições estratégicas e apoio de outros Estados, fazendo isso parte de sua Estratégia Naval. Destaca-se por fim, que essa estratégia será melhor analisada no capítulo seguinte a partir da ênfase na influência do pensamento *ōmahaniānoō* na tentativa de conter o avanço da China na ROI.

²⁰Criada em 1967, com foco no aspecto econômico, essa associação regional era originalmente composta por Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia e Cingapura (PECEQUILLO, 2012).

²¹Estratégia para segurança dos EUA, influenciada pela Teoria das *Rimlands* de Nicholas J. Spykman (1893-1943), para evitar a formação de Estado hegemônico na Ásia e na Europa (TOSTA, 1984).

4 A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA E A CONTENÇÃO DA CHINA

Os interesses nacionais da Índia surgem de um conjunto de valores nacionais e de propósitos estabelecidos na constituição e orientados pela política. A partir daí também se originam os objetivos da segurança nacional. Isso porque a política de segurança nacional une os componentes do poder nacional para alcançar esses objetivos através da Grande Estratégia. Cabe destacar que a Estratégia Militar Conjunta é um dos instrumentos dessa Grande Estratégia e reflete a atitude do Estado Nacional em relação à guerra e ao uso de força militar para alcançar fins políticos. Salvaguardar os interesses nacionais é, assim, a preocupação primordial para as Forças Armadas indianas (ÍNDIA, 2007).

Por sua vez, a Estratégia Marítima define o papel do Estado na sua área marítima de interesse, envolvendo ações que não se limitam ao território indiano. Essa estratégia engloba uma parcela militar: a Estratégia Militar Marítima (ÍNDIA, 2007).

Dessa forma, os objetivos da segurança nacional da Índia orientam a sua Estratégia Militar Marítima, que, neste estudo, está sendo referida como Estratégia Naval. Além desses objetivos, as circunstâncias geopolíticas, econômicas e sociais podem gerar impactos no ambiente marítimo e por consequência demandarem atualizações na estratégia.

A análise geopolítica, realizada no capítulo anterior, ressaltou a ameaça que a expansão da China na ROI se configura à soberania e ao tráfego marítimo de interesse da Índia. Tendo isso em mente, este capítulo se dedica a analisar a Estratégia Naval da Índia com ênfase na sua aderência à Teoria do Poder Marítimo de Mahan e na sua tentativa de proteger suas LCM e posições estratégicas da ameaça da maior presença da China na região.

4.1 As posições estratégicas e a importância das Linhas de Comunicação Marítimas para a Índia

A península indiana adentra 1.240 milhas náuticas na região central do Oceano Índico. Essa realidade geográfica traz implicações estratégicas (KUMAR, 2009). O acesso ao Oceano Índico, por sua vez, pode ser controlado por vários pontos de estrangulamento, tais como: o Estreito de Hormuz, o Canal de Suez e o Mar Vermelho, o Estreito de Bab-el-Mandeb e o Chifre da África, o Estreito de Málaca, o Estreito de Lombok, o Estreito de Sunda, o *Six Degree Channel*²², o *Nine Degree Channel*²³ e o Cabo da Boa Esperança (FIG.3, ANEXO C) (ÍNDIA 2007). Assim, de acordo com Kumar (2009), o Oceano Índico poderá ter seu comércio marítimo interrompido ou prejudicado caso uma potência naval domine algum desses pontos de estrangulamento que dão acesso a ROI.

Cabe também ressaltar que a Índia é uma das maiores consumidoras mundiais de energia e, por isso, depende da importação para suprir a maior parte de suas necessidades energéticas, importando, por exemplo, carvão da África, da Indonésia e da Austrália (KUMAR, 2009).

Dessa forma, a segurança energética da Índia é essencial para o seu desenvolvimento. Porém, essa segurança é altamente dependente dos mares, uma vez que 80% da exigência de petróleo bruto do país é importada por mar, usando as LCM do Oceano Índico. Além disso, cerca de 90% do volume de mercadorias comercializado também utiliza o modal marítimo (ÍNDIA, 2015).

No que diz respeito ao crescimento indiano, a Estratégia Naval da Índia de 2015 ressalta que seu caráter peninsular e a natureza marítima do Estado indicam que a sua prosperidade e o seu desenvolvimento estão intimamente ligados à segurança dos mares. Essa

²²Canal Seis Graus (tradução nossa).

²³Canal Nove Graus (tradução nossa).

estratégia acrescentou a ideia de que o incremento das interações globais, com seus imperativos de segurança nacional e os interesses políticos, tinham levado a Índia para além da região do Oceano Índico (ÍNDIA, 2015).

Na formulação da estratégia foram considerados os interesses marítimos de: proteger a soberania e a integridade da Índia contra ameaças; promover a segurança de cidadãos indianos, o transporte, a pesca, o comércio, a energia, os ativos e os recursos no domínio marítimo; e a segurança nas áreas de interesse marítimo. Assim sendo, a Marinha da Índia, principal manifestação do Poder Marítimo, desempenha importante papel na segurança e na proteção dos interesses nacionais no domínio marítimo e deve ter a capacidade para atingir os objetivos de defesa (ÍNDIA, 2015).

O reconhecimento de que o desenvolvimento da Índia depende de sua capacidade de utilizar o mar, como meio de transporte utilizando suas LCM, confirma a aderência da Estratégia Naval da Índia à Teoria do Poder Marítimo de Mahan, uma vez que as LCM são essenciais para o desenvolvimento do Estado e por isso devem ser protegidas por sua Marinha em conjunto com outras instituições.

Além disso, é importante ressaltar que, a análise do Poder Naval no Oceano Índico demonstra um exemplo prático da aplicação da teoria mahanianã na atualidade, com ênfase em dois aspectos: na importância da Marinha de Guerra em proteger as LCM e na preocupação em promover a segurança dos pontos de estrangulamento da ROI (NORONHA, 2015).

O Cordão de Pérolas e a presença de meios navais chineses na ROI, analisados no capítulo anterior, proporcionam à Índia a sensação de ameaça a sua liberdade de navegação. Como consequência, ocorre um aumento dos gastos para modernização e equipagem de sua Marinha de Guerra, responsável por proteger suas LCM de interesse (NORONHA, 2015).

Diante do exposto, compreende-se que a Estratégia Naval da Índia, para atender

os interesses nacionais e os objetivos de defesa, tinha que ter uma preocupação especial com a garantia da soberania e com a proteção das LCM. A demanda de energia e a dependência do tráfego marítimo para o comércio confirmam a necessidade de proteção das LCM, em sintonia com a teoria ãmaharianaö.

Adicionalmente, a existência de pontos de estrangulamento nos acessos ao Oceano Índico acompanhada da maior presença da China na ROI se configuram como ameaça a interrupção do tráfego marítimo, dando importância a mais um pressuposto ãmaharianoö: a posse de posições estratégicas para projeção de poder.

Dessa maneira, em seguida, são analisadas as ações realizadas pela Índia para conter o avanço chinês com ênfase na influência ãmaharianaö.

4.2 A estratégia da Índia para conter o avanço chinês na região do Oceano Índico

Mudanças nas circunstâncias geopolíticas, econômicas e sociais causaram impacto no ambiente marítimo da Índia, demandando a atualização de sua Estratégia Naval em 2015. Entre essas mudanças podem ser incluídas o reconhecimento da segurança marítima como um elemento vital do progresso nacional e a ampliação das áreas de interesse da Índia (FIG. 4, ANEXO D). Além disso, os interesses comerciais indianos estavam aumentando para o Pacífico e para o Atlântico (ÍNDIA, 2015).

Quanto ao contexto geopolítico, conforme analisado anteriormente, outra mudança percebida foi a maior presença da China na região, consistindo na utilização de posições estratégicas e meios navais com o objetivo de proteger suas LCM.

Como consequência das alterações de circunstâncias apresentadas, em especial em

resposta à ameaça chinesa, houve uma mudança significativa na forma como a Índia se relacionava com os Estados vizinhos, denotando uma aproximação com o leste:

Isso foi refletido na política "*Look East*", em que a Marinha indiana era um instrumento chave na divulgação diplomática da Índia a Estados do leste e sudeste asiático, particularmente os membros da ASEAN. A política "*Look East*" foi agora transformada na política "*Act East*", para ampliar o engajamento da Índia e as relações com o seu Oriente, através do Indo-Pacífico, com ênfase na cooperação econômica e de segurança (ÍNDIA, 2015, p. 23, tradução nossa²⁴).

No caminho para o leste, em 2016, a Índia estabeleceu um acordo com o Vietnã para investir 23 milhões de dólares na construção de um centro de monitoramento para o lançamento de satélites indianos na cidade de Saigon. Esse acordo se mostrou benéfico para o Vietnã ao disponibilizar informações das movimentações chinesas no Mar do Sul da China e poderá se tornar uma posição estratégica para a Índia, caso ocorra a expansão de sua área de atuação (ALENCASTRO, 2016).

Ainda na busca de acordos e alianças, também em 2016, a Índia anunciou um acordo com o Japão, por meio do qual os japoneses ajudariam em projetos de infraestrutura no arquipélago de Andamão e Nicobar, na baía de Bengala (FIG. 5, ANEXO E). As Ilhas consistem em pontos estratégicos de projeção do poder naval indiano no Oceano Índico e são peça chave na política do "*Look East*" da Índia. A estruturação do comando unificado das Forças Armadas indianas em Port Blair, capital do arquipélago, é uma medida de contrabalanceamento da China. Além disso, a Marinha indiana pretende ter uma base de submarinos no local. Desse modo, seu objetivo, além de negar o uso do mar para potenciais rivais, é o de garantir a segurança das LCM que passam pelo estreito de Málaca (NORONHA, 2016).

Além da aproximação com o leste, a Índia, nos últimos anos, também vem buscando expandir o alcance da presença naval indiana em outras direções no Oceano Índico.

²⁴Do original em inglês: This was reflected in the "*Look East*" policy, wherein the Indian Navy was a key instrument in India's diplomatic outreach to countries in East and South-East Asia, particularly ASEAN members. The "*Look East*" policy has now been transformed into the "*Act East*" policy, to expand India's engagement and relations to its East, across the Indo-Pacific, with emphasis on economic and security cooperation.

Isso pode ser exemplificado pela assinatura, no presente ano, de um acordo com as Ilhas Seychelles que permitirá a construção de instalações militares da Índia no arquipélago. Além disso, localizadas dentro da área de interesse primário da Índia (FIG. 6, ANEXO E), as ilhas oferecem a perspectiva de facilidades logísticas em termos de acesso ao Mar Mediterrâneo e ao Oceano Atlântico, possibilitando assim, melhor proteção de suas LCM (NORONHA, 2018).

Ainda como forma de incrementar as relações de cooperação, formação de alianças e criação de um ambiente marítimo favorável e positivo, a Marinha indiana procurou reforçar a segurança marítima na vizinhança, em cooperação com as forças marítimas de outros Estados realizando intercâmbios de pessoal, exercícios e interações operacionais. Entre os exercícios com marinhas estrangeiras, pode-se citar como ocasionais, a participação da Índia no exercício RIMPAC, e como institucionalizados os listados na FIG. 6 (ÍNDIA, 2015)

Assim, diante do exposto, para se contrapor às novas circunstâncias, especialmente à maior presença da China na ROI, a Estratégia Naval da Índia intensificou sua política de aproximação para o leste. Essa política vem permitindo a utilização de posições estratégicas capazes de apoiar a Marinha indiana na proteção de suas LCM, além de evitar que tais posições sejam utilizadas pela China em sua expansão na ROI.

Vale ressaltar ainda que, além da maior aproximação para o leste, a Índia também tem buscado aumentar o alcance da presença Marinha indiana no Oceano Índico em outras direções, como no caso do acordo com as Ilhas Seychelles, que permitirá apoio importante para a proteção das LCM em direção ao Oceano Atlântico e ao Mar Mediterrâneo. Ainda como forma de expandir suas áreas de influência, a Índia também busca a criação de um ambiente de cooperação na ROI, com a realização de exercícios e operações com as forças navais de outros Estados. Dessa forma, verifica-se que o conjunto de ações previstas na Estratégia Naval da Índia para conter a ameaça da China, evidenciam a importância da

proteção das LCM e da posse de posições estratégicas, aspectos também destacados na Teoria do Poder Marítimo de Mahan.

4.3 A estratégia para a capacitação da Marinha indiana

A Estratégia Naval da Índia apresenta a interligação entre o desenvolvimento da economia, o comércio marítimo, a necessidade de proteção das LCM e a exigência de recursos do Estado para o desenvolvimento da Marinha de Guerra. Kaplan (2013), apresentou que a Índia, a partir dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento de sua economia, se tornou capaz de financiar uma moderna indústria naval.

Essa interligação, como mostra a FIG. 1 (ANEXO A), ilustra parte do pensamento mahaniano, uma vez que a Marinha de Guerra desempenha papel fundamental para a continuidade da ascensão do Estado, ao proteger suas LCM. Dessa maneira, torna-se importante que a Estratégia Naval contemple orientações para a capacitação de sua Força Naval.

Além disso, existe a preocupação da Índia com sua capacidade de projetar poder no Oceano Índico. A previsão de aumento com gastos militares, após a ascensão do Primeiro-Ministro Narendra Modi (1950-), indica um Estado mais atuante para garantir a defesa de seu entorno marítimo (BOLETIM GEOCORRENTE, 2014).

A maior presença da China na ROI exige que a Marinha indiana tenha a capacidade adequada para atingir os objetivos da defesa, principalmente quanto a garantia da soberania e na proteção das LCM e dos interesses nacionais. Como consequência, a Estratégia Naval orienta que a Marinha se configure como uma Força pronta, multidimensional e balanceada, baseada na autossuficiência e na autoconfiança (ÍNDIA, 2015).

Dentro do objetivo de ampliar a capacidade de sua Marinha de Guerra, a Índia se

reuniu com os EUA em 2015, tendo como pauta uma possível cooperação para construção de mais um navio-aeródromo indiano. Sendo esse tipo de navio o principal meio naval para projeção de poder, reforçar-se-ia o compromisso da Índia em se tornar uma Marinha de águas azuis. Além disso, a aproximação com os EUA é resultado do interesse comum de conter o poder da China na ROI (NORONHA, 2016).

A iniciativa para construção de um novo navio-aeródromo pode ser justificada pelo contido na Estratégia Naval (2015) de que o crescimento dos interesses marítimos da Índia aumenta a importância de uma adequada projeção de poder e da capacidade de controle de área marítima em águas azuis, para proteger os interesses e contrapor ameaças contra a Índia.

Percebe-se que a Estratégia Naval da Índia descreve a necessidade da Marinha ser capaz de proteger os interesses do Estado a uma longa distância, a fim de proteger suas LCM. Na medida em que estabelece os requisitos para atingir a capacidade de ampliar suas áreas de influência, a Estratégia Naval busca também balancear a maior presença da China região. Mais uma vez, observa-se a aderência à Teoria do Poder Marítimo de Mahan.

A Estratégia Naval da Índia demonstrou preocupação com a garantia da soberania e com a proteção das LCM para o desenvolvimento do Estado. A dependência do transporte marítimo para o atendimento da demanda de energia e do comércio confirma a necessidade de proteção das LCM, em sintonia com a teoria mahariana. Essa proteção se torna mais complexa em virtude da existência de pontos de estrangulamento nos acessos ao Oceano Índico acompanhada da maior presença da China na ROI.

Para contrapor essa ameaça, a Índia vem buscando acordos e alianças para obter a posse de posições estratégicas para projeção de poder, visando proteger suas LCM e aumentar sua presença no Oceano Índico. Além disso, busca a criação de um ambiente favorável na ROI por meio de exercícios e operações com outros Estados. De maneira mais específica

contra a direção do avanço chinês, a Estratégia Naval da Índia intensificou sua aproximação com o leste com sua política *“Act East”*, caracterizada pela maior cooperação econômica e de segurança com Estados no setor leste de sua área de interesse. A ameaça chinesa tem traços mahanianos e a resposta indiana busca o mesmo caminho.

Outro aspecto abordado foi a importância da Marinha de Guerra para a proteção da LCM, e portanto, para o desenvolvimento do Estado. Para atingir os objetivos da defesa nacional, de acordo com a Estratégia Naval, a Marinha indiana deve desenvolver capacidades adequadas para a proteção das suas LCM a longa distância, configurando uma Força Naval pronta, autossuficiente, balanceada e multidimensional.

Diante do exposto, ressaltando a importância da proteção das LCM, do estabelecimento de posições estratégicas para projeção de seu Poder Naval e a necessidade da capacitação da Marinha, a Estratégia Naval da Índia demonstra aderência à teoria mahaniana em sua tentativa de conter o avanço da China da ROI.

5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a sobreposição de interesses entre Índia e China no Oceano Índico tem despertado a atenção do mundo, uma vez que um desequilíbrio nesse ambiente poderia afetar importantes rotas do comércio marítimo internacional.

A dependência do transporte marítimo para a continuidade da ascensão desses Estados transformou a proteção de suas LCM em um objetivo da defesa nacional de ambos. Nesse sentido, a China tem utilizado posições estratégicas para apoiar sua projeção de poder, sendo o conjunto denominado "Colar de Pérolas" a melhor forma de demonstrar sua expansão na ROI.

Em contrapartida, a fim de preservar sua integridade territorial e a proteção de suas LCM, a Índia vem aumentando sua influência na região estabelecendo acordos e alianças que possibilitem a utilização de posições estratégicas. Além disso, esse Estado incrementou os gastos militares para a capacitação de sua Marinha de Guerra.

Desse modo, por envolver conceitos consagrados pelo pensamento estratégico mahariano, como as linhas de comunicação marítimas e as posições estratégicas, o contexto atual da ROI se torna ainda mais interessante ao exemplificar um pensamento teórico do final do século XIX.

Este estudo se propôs a analisar a Estratégia Naval da Índia para verificar sua aderência à Teoria do Poder Marítimo de Mahan em função da expansão da China na ROI.

Primeiramente, abordou-se o pensamento teórico de Mahan, que considerou que a ascensão de um Estado está diretamente relacionada a sua capacidade de utilizar o mar. Foi exposto também que o desenvolvimento de um Estado depende da existência de um sistema interligado que relaciona o transporte marítimo, a acumulação de riquezas, a proteção das LCM e a capacitação do Poder Naval. Adicionalmente, foi esclarecido que a posse de

posições estratégicas seria capaz de ampliar a capacidade de proteção das LCM.

Além disso, depreendeu-se que o pensamento teórico deste século ainda recebe influências da teoria mahanianã, como pode ser observado nas obras de autores como o reconhecido historiador Geoffrey Till. Tal observação ressaltou a importância do pensamento estratégico de Mahan no presente século.

Quanto à análise do contexto geopolítico atual na ROI, destacou-se a ameaça representada pela expansão da China na região. Embora o Paquistão seja considerado tradicionalmente o maior rival da Índia, o avanço chinês é considerado a maior ameaça aos interesses indianos. Ao dominar posições estratégicas, melhores exemplificadas pelo Colar de Pérolas, a China se configura como capaz de projetar seu poder no Oceano Índico, sendo assim fonte de preocupação para a Índia quanto à integridade de sua soberania e à continuidade de suas linhas de comunicações marítimas.

Além disso, diante de sua competição econômica de escala mundial com a China, os EUA se configuram como um ator externo interessado no que acontece atualmente na região, podendo ser um importante aliado para Índia, devido ao interesse comum em conter o avanço chinês.

A análise da Estratégia Naval da Índia demonstrou a reação indiana às circunstâncias geopolíticas que causaram impacto ao seu ambiente marítimo, especialmente à expansão da China na ROI. Demonstrando a aderência a Teoria do Poder Marítimo de Mahan, a proteção das LCM, cada vez mais importante para a continuidade da ascensão do Estado, foi apresentada como um dos objetivos da defesa nacional. Em contraposição à maior presença chinesa, para proteger a continuidade de seu tráfego marítimo, a Índia buscou o estabelecimento de acordos e alianças para a utilização de posições estratégicas capazes de apoiar a Marinha indiana na proteção de suas LCM, ocorrendo uma maior aproximação com o leste.

A Índia também aumentou os esforços para cooperação, com a realização de exercícios e intercâmbios com Marinhas amigas. Por fim, diante de seu crescimento econômico, a Estratégia Naval indiana vislumbrou o desenvolvimento de uma Marinha Guerra capaz de proteger os interesses do Estado à longa distância.

A relação entre as conclusões apontadas orienta o atendimento do propósito do estudo. De maneira fundamentada, pode-se afirmar que a Estratégia Naval da Índia, na tentativa de conter o avanço da China na ROI, tem aderência à Teoria do Poder Marítimo de Mahan. Tal aderência está presente na preocupação da Índia com a proteção das LCM e no uso de posições estratégicas para projeção de poder.

Dessa maneira, espera-se que o estudo possa contribuir para uma melhor compreensão do contexto geopolítico da região do Oceânico Índico, de maneira a permitir a percepção de alterações no equilíbrio de poder na região.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, a análise das similaridades que poderão ocorrer na região do Atlântico Sul, caso um Estado de grande capacidade de projeção de poder inicie uma expansão em sua direção, principalmente no que diz respeito ao papel da Marinha do Brasil na proteção dos seus interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Franco. **Portos e tratados: Diante da ambição chinesa, Índia e Vietnã se aproximam**, Rio de Janeiro, n. 31, p.7-8, abr. 2016.

ALMEIDA, Francisco E. A. de. **Os Gigantes da Estratégia Naval**. Curitiba: Editora Prismas, 2015. 307p.

BOLETIM GEOCORRENTE. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, n. 3, out. 2014. 10 p.

BRASIL. Marinha do Brasil, Estado-Maior da Armada. **EMA-305 ó Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília. 2017.

CHINA. **China's military strategy**. Beijing: State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015. 27 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

EUA. **A cooperative Strategy for 21st Century Seapower**. Washington. Department of the Navy, 2015. 40p. Disponível em: <www.navy.mil/local/maritime/150227-CS21R-Final.pdf>. Acessado em 28 jul.2018.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

GOODWIN, C. James. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 2005. 587 p.

ÍNDIA. **Freedom to use the Seas: India's Maritime Militar Strategy**. New Delhi: Ministry of Defence (Navy), 2007. 150 p.

_____. **Ensuring secure seas: Indian Maritime Security Strategy**. New Delhi: Ministry of Defence (Navy), 2015. 187 p.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 383 p.

KUMAR, Deepak. **A Competição no Oceano Índico a luz do Emergente Triângulo Estratégico**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, Dez. 2009.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power upon History 1660-1783**. New York: Dover Publications, 1987. 557 p.

MINGST, Karen A; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 590 p.

NORONHA, Luciane. **Portos e tratados: Novos desdobramentos da estratégia marítima indiana**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, n. 12, p.8, abr. 2015.

_____. **INS Vishal: oportunidades estratégicas para a Marinha Indiana**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, n. 29, p.7, mar. 2016.

_____. **A importância estratégica das Ilhas de Andamão e Nicobar**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, n. 34, p.8, maio 2016.

_____. **Himalaia e Oceano Índico: novos horizontes para antigas questões**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, n. 66, p.9-10, fev. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2012. 398p.

REINO UNIDO. **British Maritime Doctrine BR 1806**. 3rded. London: Ministry of Defence, 2004. 299 p.

RIBEIRO, Antônio M. F. Silva. **Mahan e as marinhas como instrumento político**. Revista Militar, Lisboa, v. 2500, 2010. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo/569>. Acesso em: 28 Jul. 2018.

SILVA, Antonio H. Lucena; TEIXEIRA JR, Augusto W. M. **Entendendo as Estratégias de Balanceamento da China e Índia**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n. 22, p. 143-168, jan. 2016.

STOESSINGER, John G. **Why nations go to war**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1978. 246 p.

TILL, Geoffrey. **Sea power: A guide for the twenty-first century**. 3rd ed. New York: Routledge, 2013. 431 p.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103p.

ANEXO A

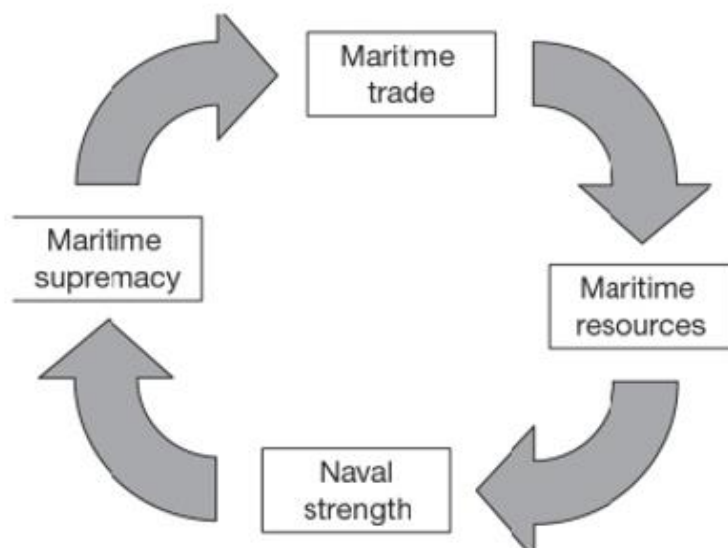


FIGURA 1 6 O ciclo marítimo
Fonte: TILL, 2013, p.36.

ANEXO B

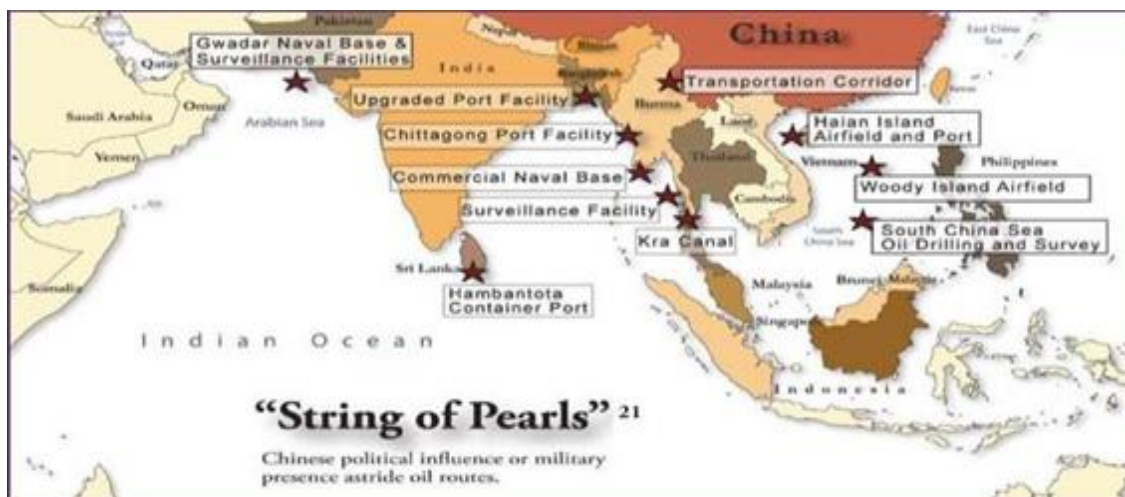


FIGURA 2 ó õColar de pérolasö da China

No original em inglês õString of Pearlsö (tradução nossa).

Fonte: KUMAR, 2009, p. 140.

ANEXO C

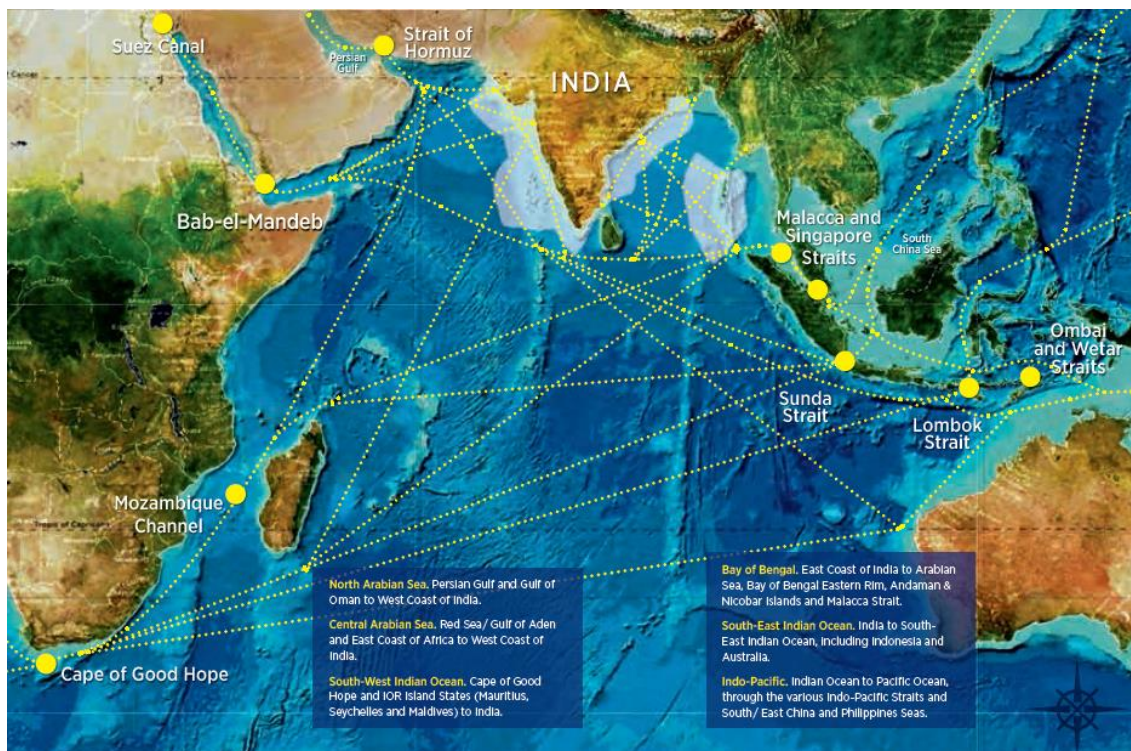


FIGURA 3 ó Pontos de estrangulamento na ROI

a) Pontos de estrangulamento indicados pelas esferas amarelas.

b) Informações dos quadros sobre as LCM podem ser desconsideradas.

Fonte: ÍNDIA, 2015, p 18.

ANEXO D

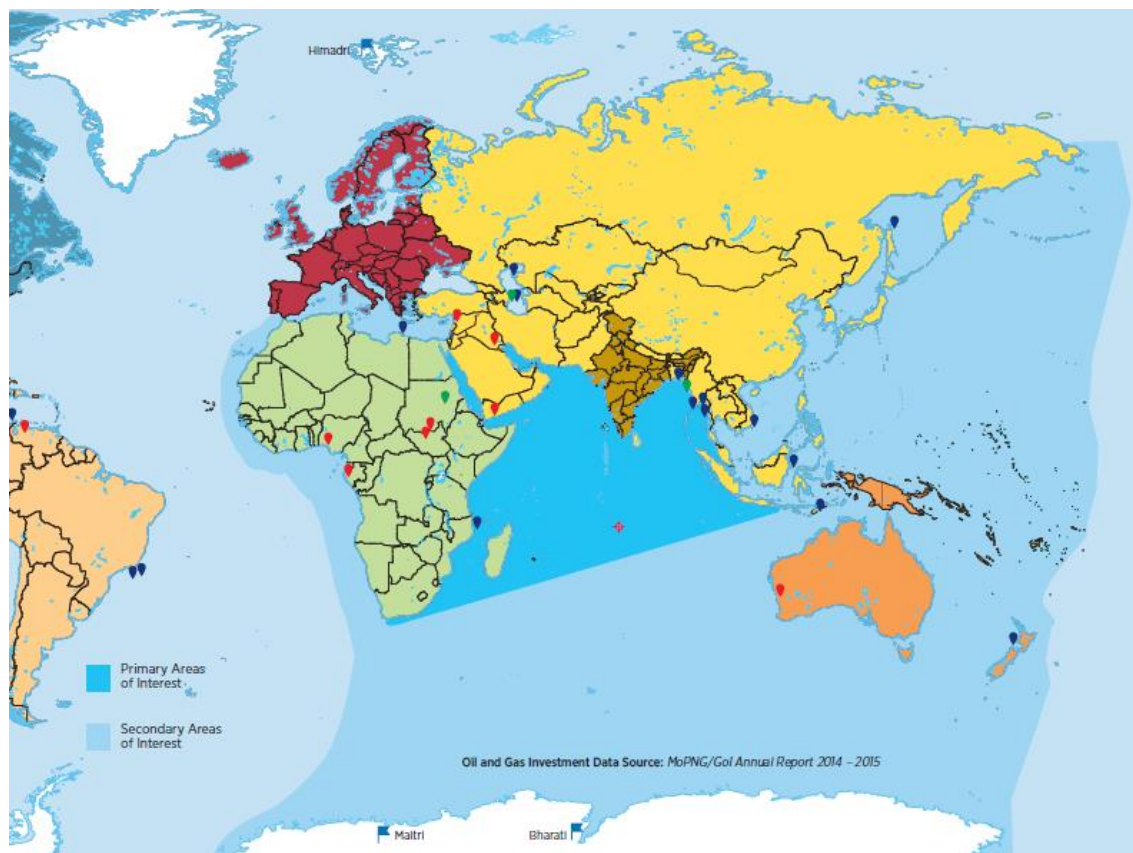


FIGURA 4 ó Áreas de interesse da Índia

O tom de azul mais forte indica as áreas de interesse primário.

Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 34.

ANEXO E

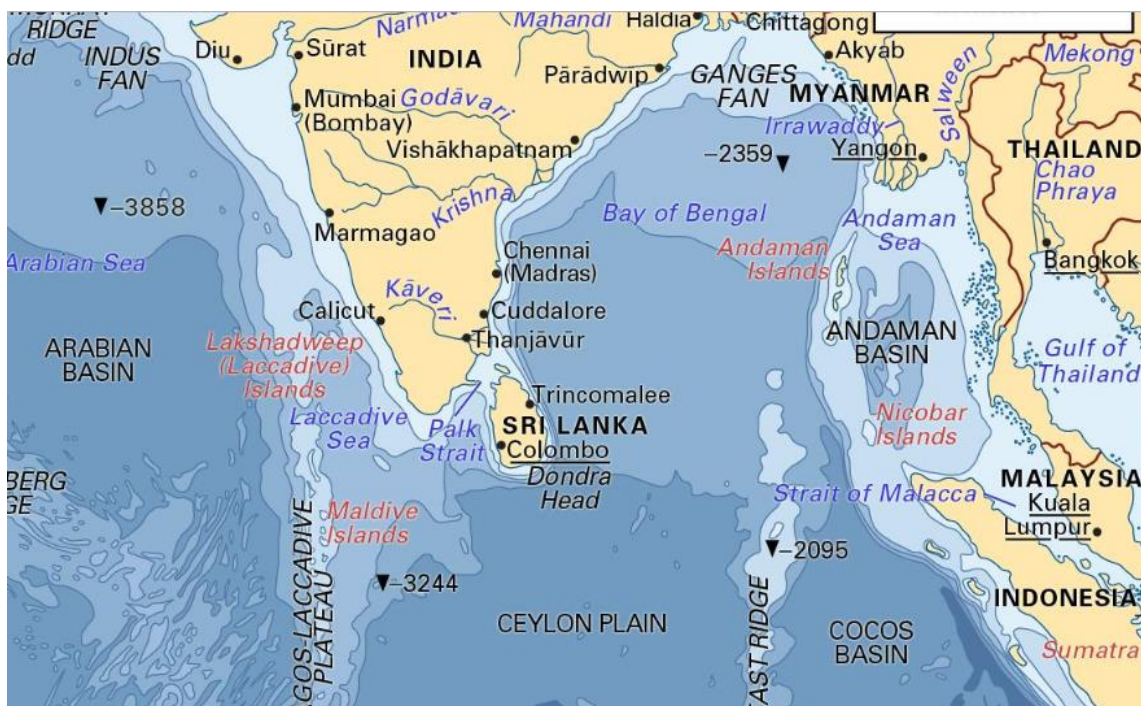


FIGURA 5 ó Localização das Ilhas Andamão e Nicobar

Fonte: Enciclopédia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Bay-of-Bengal>>. Acesso em 28 jul. 2018.

ANEXO F



FIGURA 6 ó Localização das Ilhas Seychelles
Fonte: NORONHA, 2018, p.10.

ANEXO G

 The United States Navy in Exercise <i>Malabar</i> , since 1992	 The Royal Navy (UK) in Exercise <i>Konkan</i> , since 2004
 The Royal Oman Navy, in Exercise <i>Thammar-al-Tayyib</i> , since 1993, later renamed as Exercise <i>Naseem-al-Bahr</i> in 2007	 The Sri Lanka Navy in SLINEX, since 2005
 The Republic of Singapore Navy, since 1994, in <i>IN-RSN</i> ASW Training Exercise <i>Sea Lion</i> , later renamed as Singapore India Maritime Bilateral Exercise (SIMBEX)	 The Brazil and South African navies in IBSAMAR, since 2008
 The French Navy in Exercise <i>Varuna</i> , since 2001	 The Royal Australian Navy in AUSINDEX, since 2015
 The Russian Navy in Exercise <i>INDRA</i> , since 2003	 The Indonesian Navy, since 2015
 The Indian Coast Guard has been conducting an annual Exercise <i>Dosti</i> with the Maldives National Defence Force since 1991. It has been upgraded to a trilateral exercise with addition of the Sri Lanka Coast Guard since 2012	

FIGURA 7 ó Exercícios institucionalizados da Marinha indiana
 FONTE: ÍNDIA, 2015, p. 87.